

Demonstrações Contábeis

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Demonstrações do valor adicionado 8

Notas explicativas 9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A - ETVG
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

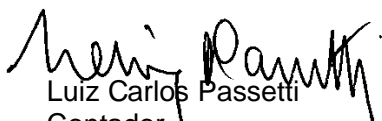
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas sendo considerada informação adicional para as demais entidades.. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3-S-MT



Rita de C. S. de Freitas
Contadora
CRC-1SP214160/O-5 - S - MT

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
CIRCULANTE			
		4.542	4.404
Caixa e equivalentes de caixa	5	413	738
Concessionárias e permissionárias	6	390	50
Impostos a recuperar	7	58	34
Ativo financeiro da concessão	8	3.637	3.581
Outros ativos		44	1
NÃO CIRCULANTE			
		26.870	23.760
Títulos e valores mobiliários	11	807	-
Ativo financeiro da concessão	8	26.063	23.680
Imobilizado		-	80
ATIVO TOTAL		31.412	28.164
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		1.273	1.459
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	820	116
Fornecedores		35	1.152
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	75	177
Dividendos a pagar		93	-
Adiantamentos de clientes		137	-
Outras obrigações		113	14
NÃO CIRCULANTE			
		17.017	15.672
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	16.844	15.551
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	83	41
Provisões para contingências	20	90	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		13.122	11.033
Capital social	12	9.399	9.197
Reservas de lucros	12	3.723	1.836
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.412	28.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	5.741	20.212
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(389)	-
Custo de infraestrutura		(1.409)	(17.597)
		<u>(1.798)</u>	<u>(17.597)</u>
LUCRO BRUTO		<u>3.943</u>	<u>2.615</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	15	(296)	-
Pessoal		(36)	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	18	(66)	-
		<u>(398)</u>	<u>-</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.545</u>	<u>2.615</u>
Despesas financeiras	16	(1.636)	(841)
Receitas financeiras	16	302	-
		<u>(1.334)</u>	<u>(841)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>2.211</u>	<u>1.774</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(189)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(42)	(38)
		<u>(231)</u>	<u>(40)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>1.980</u>	<u>1.734</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	13	<u>0,21225</u>	<u>0,21738</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>9.399</u>	<u>7.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.980	1.734
Resultado abrangente	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.980	1.734

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		6.301	5	97	-	6.403
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.734	1.734
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	12	-	87	-	(87)	-
Reservas de lucros	12	-	-	1.647	(1.647)	-
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 01/01/2012		1.000	-	-	-	1.000
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 02/03/2012		433	-	-	-	433
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 20/08/2012		734	-	-	-	734
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 03/12/2012		729	-	-	-	729
Saldos em 31 de dezembro de 2012		9.197	92	1.744	-	11.033
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.980	1.980
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	12	-	99	-	(99)	-
Reservas de lucros	12	-	-	1.788	(1.788)	-
Dividendos declarados	12	-	-	-	(93)	(93)
Aumento de capital conforme ARCA de Reunião do Conselho de Administração - 08/05/2013	12	202	-	-	-	202
Saldos em 31 de dezembro de 2013		9.399	191	3.532	-	13.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.211	1.774
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.628	841
Receita de aplicações financeiras	(45)	(1)
Descontos financeiros obtidos	(257)	-
Baixa de Ativos	80	-
	3.617	2.614
Aumento no ativo		
Concessionárias e permissonárias	(340)	(50)
Ativo financeiro da concessão	(2.439)	(20.173)
Impostos a recuperar	(24)	10
Outros ativos	(43)	8
	(2.846)	(20.205)
Redução no passivo		
Fornecedores	(1.101)	351
Provisões para contingências	10	80
Tributos e contribuições sociais a recolher	(291)	(57)
Outros passivos	236	12
	(1.146)	386
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(375)	(17.205)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de aplicações financeiras	7	204
Investimentos em aplicações financeiras	(769)	-
Aplicações no imobilizado	-	(80)
	(762)	124
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	202	2.896
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	1.975	13.759
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(1.365)	(712)
	812	15.943
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(325)	(1.138)
Demonstração da redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	738	1.876
Saldo no final do exercício	413	738
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(325)	(1.138)
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	46	-
Pagamento de imposto de renda	84	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS		
Receita de concessão de transmissão	725	50
Receita de infra-estrutura	1.409	17.597
Remuneração dos ativos da concessão	3.859	2.576
	<u>5.993</u>	<u>20.223</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infra-estrutura	(1.409)	(17.597)
Serviços de terceiros	(424)	-
Materiais	(16)	-
Outros custos operacionais	(120)	-
	<u>(1.969)</u>	<u>(17.597)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	302	-
	<u>302</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.326	2.626
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	105	-
Benefícios	10	-
Auxílio alimentação	5	-
Assistência médica e odontológica	1	-
Outros	4	-
FGTS	4	-
	<u>119</u>	<u>-</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	540	51
INSS	24	-
Encargos do consumidor	122	9
Imposto de renda e contribuição social	189	2
PIS e COFINS	130	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42	38
Outros impostos e taxas	33	-
	<u>540</u>	<u>51</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	1.626	841
Aluguéis	51	-
Outras despesas financeiras	10	-
	<u>1.687</u>	<u>841</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	93	-
Reservas de lucros	1.887	1.734
	<u>1.980</u>	<u>1.734</u>
	4.326	2.626

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis .

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“Companhia” ou “ETVG”), com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8695, 3º andar, salas 30B2 e 30B3, Duque de Caxias, na Capital do Mato Grosso - MT, CEP: 78040-365, foi constituída em 20 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 018/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru – Caxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138kV, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 230/138 kV – 750 MVA; entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da transmissora:

I – Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, em um circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru – Coxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138 kV, aquisição dos equipamentos necessários às modificações e substituições e adequações nas entradas de Linhas das subestações Jauru e Coxipó. Os equipamentos e instalações aqui descritos serão transferidos, sem ônus, para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária das subestações, bem como, das citadas linhas que serão seccionadas, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

II – Transferência do reator de linha e equipamentos associados da SE Coxipó para a SE 230/138 kV Várzea Grande na EL para Jauru, bem como a implementação de infraestrutura necessária à instalação do reator de linha e equipamentos associados, a qual será transferida, sem ônus, para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária da linha de transmissão, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida – RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita anual permitida - RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão.

Em 23 de dezembro de 2012, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é de R\$ 3.619 para o ciclo de 2013/2014. Para os ciclo de 2012/2013 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 3.398 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de janeiro de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia, para o exercício findos em 31 de dezembro de 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de tráfego, perda de energia, extensão da linha de transmissão, seguros não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

3.1.3. Contas a Receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.5. Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2. Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.3. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge*.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.3.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita de transmissão

A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.5.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados.

3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de em suas demonstrações.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre a receita de transmissão não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada em nota explicativa.

3.9.1. Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

3.9.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.10. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.11. Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros, são apresentadas a seguir.

3.12.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.12.2. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.12.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.12.4. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infra-estrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.12.5. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infra-estrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infra-estrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.12.6. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.12.7. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infra-estrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infra-estrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infra-estrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infra-estrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infra-estrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infra-estrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infra-estrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infra-estrutura.

3.12.8. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.14. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	413	738
	<u>413</u>	<u>738</u>

6. Concessionárias e permissionárias

Encargos de uso da transmissão faturados	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos				Total
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
2013	366	1	3	2	18	390
2012	50	-	-	-	-	50

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	36	27
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1
Programa de Integração Social - PIS	11	1
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	5
Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	-
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	7	-
	<u>58</u>	<u>34</u>

8. Ativo financeiro de concessão

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.088
Receita de transmissão de energia (nota 14)	50
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	2.576
Receita de infra-estrutura (nota 14)	17.597
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>27.261</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.261
Receita de transmissão de energia (nota 14)	725
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	3.859
Receita de infra-estrutura (nota 14)	1.409
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>29.700</u>
Circulante	3.637
Não circulante	26.063
	<u>29.700</u>

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pelas concessionárias quando da outorga de suas concessões e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. Seu reajuste é feito anualmente, pelo IPCA, de acordo com os termos previstos nos contratos de concessão. A revisão tarifária ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. Não há, entretanto, reajuste dos custos operacionais. Além disso, a RAP poderá sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

De modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, A Companhia fará jus a receitas adicionais para amortização dos investimentos realizados para a implementação de reforços em nossas instalações. No caso de reforços sujeitos à autorização prévia da ANEEL, essas receitas adicionais serão determinadas previamente pela ANEEL. Com relação aos reforços ou melhorias que não exijam autorização prévia da ANEEL, eventuais receitas adicionais serão calculadas em processo de revisão extraordinária da RAP, sendo que os valores fixados na revisão retroagirão até o momento em que os reforços iniciaram operação.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de renda - IRPJ	36	26
Contribuição social - CSLL	18	-
Programa de Integração Social - PIS	2	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8	-
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7	118
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1	27
Outros	3	6
	<u>75</u>	<u>177</u>

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	27.735	27.735	26.112	26.112
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(31.412)	(31.412)	(28.164)	(28.164)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	<u>(3.677)</u>	<u>(3.677)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(2.052)</u>
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(294)	(441)	(164)	(246)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	1	-	4	2
IR e CS diferidos (Passivo)	<u>(43)</u>	<u>(40)</u>	<u>(21)</u>	<u>(20)</u>
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(42)</u>		<u>(38)</u>

11. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional		31/12/2013					
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal	Custo de transação a amortizar		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:							
Banco do Brasil - FCO	01/12/2026	Juros de 10,0% a.a.	826	16.902	(6)	(58)	
			<u>826</u>	<u>16.902</u>	<u>(6)</u>	<u>(58)</u>	
Moeda nacional		31/12/2012					
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal	Custo de transação a amortizar		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:							
Banco do Brasil - FCO	01/12/2026	Juros de 10,0% a.a.	122	15.615	(6)	(64)	
			<u>122</u>	<u>15.615</u>	<u>(6)</u>	<u>(64)</u>	

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. - FCO, firmado em 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 17.835. O pagamento deste empréstimo será feito em 150 prestações mensais e sucessivas, acrescido de encargos, vencendo a primeira em 01 de julho de 2014 e a última em 01 de dezembro de 2026. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

O contrato com o Banco do Brasil - FCO não exige manter índices financeiros.

- b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Bônus de	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2012	dívidas	encargos	adimplência	encargos	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos						
Banco do Brasil - FCO	15.737	1.975	1.622	(241)	(1.365)	17.728
Custo de transação a amortizar	(70)	-	6	-	-	(64)
	<u>15.667</u>	<u>1.975</u>	<u>1.628</u>	<u>(241)</u>	<u>(1.365)</u>	<u>17.664</u>

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Bônus de	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2011	dívidas	encargos	adimplência	encargos	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos						
Banco do Brasil - FCO	1.779	13.838	832	-	(712)	15.737
Custo de transação a amortizar	-	(79)	9	-	-	(70)
	<u>1.779</u>	<u>13.759</u>	<u>841</u>	<u>-</u>	<u>(712)</u>	<u>15.667</u>

- c) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

31/12/2013			
	Banco do Brasil - FCO	Banco do Brasil - FCO - Custos de captação	Total
2015	1.407	(6)	1.401
2016	1.407	(6)	1.401
2017	1.407	(6)	1.401
2018	1.407	(6)	1.401
2019	1.407	(6)	1.401
Após 2019	9.867	(28)	9.839
	<u>16.902</u>	<u>(58)</u>	<u>16.844</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu garantias conforme definido nos contratos de empréstimo com o Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2013, estas garantias são no montante de R\$ 807, e estão registradas na rubrica “títulos e valores mobiliários” no ativo não circulante, sendo remuneradas em média a 103,97% do CDI.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social:

Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 201.503 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal que perfizeram o montante total de R\$202. Desse modo, em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia é no valor total de R\$ 9.399, está representado por 9.398.795 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

12.2 Composição acionária:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	9.398.794	100	9.197.291	100
Outros	1	-	1	-
Total das ações	9.398.795	100	9.197.292	100

12.3 Reserva Legal e destinação do resultado:

Destinação do resultado	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	1.980	1.734
Constituição de reserva legal (5%)	(99)	(87)
Subtotal	1.881	1.647
Dividendos propostos	(93)	-
Reserva de lucros	(1.788)	(1.647)
Saldo de lucros acumulados	-	-

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

13. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Período findo em	
	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	1.980	1.734
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	9.329	7.977
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,21225	0,21738

14. Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	725	50
Remuneração do ativo de concessão	3.859	2.576
Receita de infra-estrutura	1.409	17.597
Total - Receita operacional bruta	5.993	20.223
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(23)	(1)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(107)	(1)
	(130)	(2)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(89)	(1)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(13)	(3)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(13)	(3)
Ministério de minas e energia - MME	(7)	(2)
	(122)	(9)
Receita Operacional líquida	5.741	20.212

15. Custos e despesas operacionais

	31/12/2013		
	Custo dos Serviços Prestados	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(41)	-	(41)
Material	(16)	-	(16)
Serviços de terceiros	(196)	(228)	(424)
Arrendamento e alugueis	-	(51)	(51)
Seguros	(16)	-	(16)
Tributos e taxas	(21)	(12)	(33)
Provisão (reversão) para contingências	(90)	-	(90)
Outras	(9)	(5)	(14)
Total	(389)	(296)	(685)

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	45	-
Descontos obtidos	257	-
Total	302	-
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.628)	(841)
Despesas bancárias	(2)	-
Juros e multas	(6)	-
Total	(1.636)	(841)
Total Líquido	(1.334)	(841)

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(123)	(66)	(1)	(1)
Diferidos	(22)	(20)	(19)	(19)
Total	(145)	(86)	(20)	(20)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão	3.554	3.554	50	50
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	284	426	4	6
Receita financeira	302	302	-	-
	586	728	4	6
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(123)	(66)	(1)	(1)
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)	(22)	(20)	(19)	(19)
d) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	2.211	2.211	1.774	1.774
Despesa com tributos	145	86	20	20
Alíquota efetiva	6,6%	3,9%	1,1%	1,1%

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

Garantias

A Alupar Investimento S.A. é prestadora de aval e penhor de ações na Nota de Crédito nº 40/00039-7 do Bando do Brasil S.A. - FCO, conforme divulgado na Nota Explicativa n. 11.

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há saldo em aberto com partes relacionadas.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	(66)	-
Total	(66)	-

- (a) Incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros, e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

19.1.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

- a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

19.1.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

19.1.3 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

19.1.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme cláusulas previstas no contrato de concessão reajustadas anualmente, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19.2 Hierarquia do valor justo

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência de avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro da concessão.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

19.3 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

19.4 Gestão de capital

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 2012, a Companhia incluiu dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(820)	(116)
Não circulante	(16.844)	(15.551)
Dívida total	(17.664)	(15.667)
Caixa e equivalentes de caixa	413	738
Títulos e valores mobiliários	807	-
Dívida líquida	(16.444)	(14.929)
Patrimônio líquido	13.122	11.033
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	125,3%	135,3%

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

19.5 Informações sobre liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

19.6 Análise de sensibilidade dos investimentos e das dívidas

Como a Companhia não estava exposta a indexadores de dívidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram definidos cenários de sensibilidade.

20. Provisão para contingências

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 90 é relacionado a estimativa de perda provável em reclamações trabalhistas em que há pleito de vínculo empregatício, horas extras, seguro desemprego e verbas rescisórias.

21. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros estabelecido pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	04/06/13	04/07/14	49.500
Total			<u>49.500</u>

23. Medida Provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.